

**A POLÍTICA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DO PRESERVATIVO FEMININO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA****THE PUBLIC POLICY OF DISTRIBUTION OF FEMALE CONDOMS: A REVIEW SYSTEMATICS OF LITERATURE****LA POLÍTICA PÚBLICA DE DISTRIBUCIÓN DE PRESERVATIVOS FEMENINOS: UNA REVISIÓN SISTEMÁTICA DE LA LITERATURA**Pedro Marcos Gomes Teixeira¹

e31244

<https://doi.org/10.53612/recisatec.v3i1.244>

PUBLICADO: 01/2023

RESUMO

Com o objetivo de discutir a importância e adesão do preservativo feminino na sociedade, essa revisão foi realizada. Trata-se de uma revisão de literatura do tipo narrativa em que foram feitas buscas por artigos na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS-BIREME), na *Scientific Electronic Library Online* – SciELO, *US National Library of Medicine National Institutes of Health* – PUBMED - e no Google Acadêmico. O preservativo feminino é importante para se evitar infecções sexualmente transmissíveis, principalmente quando o parceiro não deseja utilizar uma proteção, porém, a desigualdade dos gêneros e a falta de divulgação dessa forma de proteção são entraves na adoção deste método de prevenção.

PALAVRAS-CHAVE: Preservativos Femininos. Sexualidade. Políticas Públicas.**ABSTRACT**

In order to discuss the importance and adhering of female condoms in society, this review was carried out. This is a narrative literature review in which articles were searched in the Virtual Health Library (BVS-BIREME), the Scientific Electronic Library Online - SciELO, US National Library of Medicine National Institutes of Health - PUBMED - and Google Scholar. Female condoms are important to avoid sexually transmitted infections, especially when the partner does not wish to use a protection, however, gender inequality and the lack of disclosure of this form of protection are obstacles in the adoption of this method of prevention.

KEYWORDS: Female Condoms. Sexuality. Public policy.**RESUMEN**

Con el fin de discutir la importancia y la adhesión de los condones femeninos en la sociedad, se llevó a cabo esta revisión. Se trata de una revisión narrativa de la literatura en la que se realizaron búsquedas de artículos en la Biblioteca Virtual en Salud (BVS-BIREME), la Scientific Electronic Library Online - SciELO, la Biblioteca Nacional de Medicina de los Institutos Nacionales de Salud de los Estados Unidos - PUBMED - y Google Scholar. Los condones femeninos son importantes para evitar infecciones de transmisión sexual, especialmente cuando la pareja no desea usar una protección, sin embargo, la desigualdad de género y la falta de divulgación de esta forma de protección son obstáculos en la adopción de este método de prevención.

PALABRAS CLAVE: Preservativos femeninos. Sexualidad. Políticas Públicas.

¹ Centro Universitário – UNINOVAFAPI.

RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA ISSN 2763-8405

A POLÍTICA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DO PRESERVATIVO FEMININO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA
Pedro Marcos Gomes Teixeira

INTRODUÇÃO

As infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) estão aumentando sua prevalência nos últimos anos e, como exemplo, podemos citar a epidemia de sífilis (SANTOS *et al.*, 2017) e o aumento dos casos de HIV em jovens e idosos (MONTEIRO *et al.*, 2016). Uma das formas de proteção contra as ISTs são os preservativos, sendo o preservativo masculino o mais disseminado e conhecido. Porém, o preservativo feminino existe e constitui de uma importante forma de proteção para as mulheres, tanto que fez parte de uma política pública e introduzido, no Brasil, em dezembro de 1997 (VILLELA, 2015).

As políticas públicas são respostas do poder público para problemáticas sociais (SAMPAIO; ARAUJO Jr, 2006). Elas visam responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis. No caso das mulheres, como os homens controlam o uso dos preservativos masculinos e esse método depende de uso correto, da confiança no parceiro, entre outros fatores, as mulheres não tinham outra opção de proteção e eram dependentes dos companheiros, sendo que a camisinha feminina trouxe o “empoderamento” dessas mulheres.

Apesar disso, a sexualidade continua sendo um assunto de difícil discussão na sociedade, principalmente quando se fala de sexualidade feminina. Em consequência disso, o preservativo feminino ainda é pouco divulgado e, portanto, as mulheres não o conhecem e não sabem sobre seu uso.

Com o objetivo de analisar a importância e adesão do preservativo feminino na sociedade, essa revisão foi realizada.

MÉTODO

Trata-se de um estudo de revisão de literatura na modalidade revisão narrativa. A busca foi desenvolvida na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS-BIREME), na *Scientific Electronic Library Online – SciELO*, *US National Library of Medicine National Institutes of Health – PUBMED* - e no Google Acadêmico. Os artigos de revisão são uma forma de pesquisa em que se utilizam de fontes de informações bibliográficas para obtenção de resultados de pesquisas de outros autores, a fim de fundamentar um objetivo. A revisão narrativa constitui, basicamente, da análise da literatura e da interpretação e análise crítica pessoal do autor (ROTHER, 2007). A busca foi realizada no mês de novembro e dezembro de 2017 a partir dos descritores “preservativo feminino” *and e/ou or* “sexualidade” *and e/ou or* “políticas públicas”, sem delimitação temporal, pois se pretendeu analisar a produção científica acerca do tema ao longo dos anos. A partir da leitura prévia dos títulos e resumos, foram selecionados os artigos que abordavam a temática do estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Não existe uma única definição sobre do que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e

RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA ISSN 2763-8405

A POLÍTICA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DO PRESERVATIVO FEMININO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA
Pedro Marcos Gomes Teixeira

Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) diz que política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell: decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz (SOUZA, 2006).

As políticas públicas são uma resposta a determinado problema social (CONTANDRIOPOULOS *et al.*, 1997). No cenário da epidemia do HIV há vários sujeitos importantes na luta social, porém os movimentos dos homossexuais, pessoas vivendo com HIV/AIDS e feministas (GALVÃO, 2012), estas as mais importantes para o assunto aqui retratado, são os principais grupos na luta contra essa enfermidade.

Ao longo do tempo, as mulheres adotaram inúmeras práticas para tentarem controlar o número de filhos e a melhor época para tê-los. Desde o uso de pílulas contraceptivas, principalmente após a revolução sexual da década de 60, até o uso de preservativos femininos. Porém, deve-se observar que há uma relação assimétrica de gênero e de nível socioeconômico (SAFFIOTI, 1992) que interfere na adesão da contracepção, fazendo com que a mulher tenha que negociar com o homem o método contraceptivo que será utilizado (BARBOSA; PERPÉTUO).

O preservativo feminino foi desenvolvido nos 1980, na Dinamarca. Quando criado, acreditou-se que seria um método que eliminaria ou, pelo menos, facilitaria a negociação com os parceiros, visto que as mulheres teriam controle sobre o uso do preservativo (KALCKMANN, 2013). Em 1993, a *Food and Drug Administration* (FDA) aprovou sua comercialização nos Estados Unidos. No Brasil, o preservativo feminino obteve licença para ser comercializado em dezembro de 1997 e seu uso esteve restrito a estudos para avaliar sua aceitabilidade entre as mulheres no Brasil, como o projeto “Beija flor”, estudo do qual participaram 103 mulheres e 33 homens (KALCKMANN, 1998). Outro estudo, realizado em seis cidades do país entre 2.382 mulheres, reafirmou a viabilidade da adoção do preservativo feminino pelos participantes e, com base nele, o Programa Nacional de DST/Aids decidiu investir em sua dispensação (BARBOSA *et al.*, 2007).

Apesar do investimento no preservativo feminino, as políticas instituídas pelo governo para conter a propagação da epidemia junto às mulheres ainda têm resultados insatisfatórios (BARBOSA *et al.*, 2007). O “empoderamento”, isto é, o fortalecimento da transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas de Saúde no Brasil (BANDEIRA, 2013) é uma forma interessante de buscar melhores resultados, visto que a política de prevenção sempre foi privilegiando o sexo masculino: o preservativo masculino é amplamente distribuído, muitas vezes sendo usado como brinquedo, já a camisinha feminina é racionada e escondida, ficando a mulher privada do acesso ao método que poderia dar autonomia de decisão.

Bandura (1994) relata que a auto competência das mulheres, em relação ao uso do preservativo feminino, deve ter quatro componentes principais: a informação que eleve o

RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA ISSN 2763-8405

A POLÍTICA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DO PRESERVATIVO FEMININO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA
Pedro Marcos Gomes Teixeira

conhecimento dos riscos e benefícios, a oportunidade, o apoio social e as influências sociais. Labonte (1994) indica que o empoderamento seja semelhante ao autoconhecimento tendo, também, quatro componentes: relação interpessoal que possa facilitar o diálogo com os parceiros, “empoderamento continuado” baseado no apoio, capacitação dos homens e mulheres e dar poder às militâncias para iniciar ações que influenciam as opções políticas públicas.

Em pesquisa feita por Belém *et al.* (2015), 25 mulheres usaram o preservativo feminino por 6 meses, em uma cidade do Ceará. Elas apontaram o preservativo feminino como capaz de proporcionar-lhes capacidade de negociação, já que este é inserido em seus próprios corpos. Para algumas participantes da pesquisa, a dificuldade de negociação se manteve em virtude da não aprovação do parceiro.

Observa-se que, na prática, o preservativo feminino torna-se refém das relações de gênero. Estudo realizado por Khan, Townsend, D’Costa (2002) com 54 mulheres casadas das áreas rurais e urbanas de Bangladesh, mostrou que as meninas têm um conhecimento muito limitado em relação ao sexo e vida conjugal. Na maioria dos casos a discussão de contracepção é iniciada pelos maridos e a decisão final do uso ou não, principalmente da camisinha, é tomada pelos homens.

Rausch, Dekker e Rettenberger (2017) perceberam, por meio de sua pesquisa, que as mulheres têm maiores dificuldades de lidar com o corpo e sua sexualidade, mesmo estando em um relacionamento estável. Assuntos como pornografia, bissexualidade, masturbação, permissividade e as práticas sexuais são tabus e difíceis de serem superados. O toque e o conhecer o próprio corpo são importantes para o empoderamento e, também, para o uso do preservativo feminino, que proporciona autoconhecimento (BELÉM *et al.*, 2015).

Bhana (2017) analisou o comportamento de adolescentes de uma cidade africana. Para os adolescentes entre 16 e 17 anos, o amor está inextricavelmente ligado ao sexo e, quando os adolescentes falam sobre amor e sexo, também falam sobre uso de preservativos, múltiplos parceiros sexuais e desigualdades de gênero. O que os adolescentes estavam interessados em suas relações sexuais não foi criado em programas de educação sexual na escola, ou seja, os próprios adolescentes percebem a desigualdade entre o gênero feminino e masculino e que não há um programa de educação sexual nas escolas.

Entre 2000 e 2009 foram adquiridos e distribuídos, no Brasil, para as Secretarias Estaduais de Saúde pelo Ministério da Saúde aproximadamente 16 milhões de unidades de preservativo feminino (PERPETUO, 2005). Como resultado, em 2008, aproximadamente 6,7% das mulheres brasileiras referiam ter usado a camisinha feminina ao menos uma vez na vida, havendo também um aumento discreto dos estudos acadêmicos que buscavam analisar a experiência dos serviços de saúde e das suas usuárias com o preservativo feminino (NEPO, ABIA, UNFPA, 2011). Os dados da pesquisa foram divulgados e planos traçados, porém, aparentemente, não foram implementados.

Problemas no âmbito da gestão, incluindo a distribuição dos insumos às unidades, na capacitação dos serviços e dos profissionais para a oferta do método às mulheres e falhas no

RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA ISSN 2763-8405

A POLÍTICA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DO PRESERVATIVO FEMININO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA
Pedro Marcos Gomes Teixeira

processo de monitoramento e avaliação, foram um dos problemas encontrados no estudo da NEPO, ABIA e UNFPA. Como uma das recomendações do estudo, foi realizada a necessidade de ser desenvolvida uma estratégia de comunicação que reposicionasse o preservativo feminino no contexto de insumos voltados para a saúde sexual e reprodutiva das mulheres, desconstruindo alguns significados negativos associados ao método: feio, barulhento, incômodo, e próprio para mulheres com alto risco de infecção.

A falta de informação de profissionais da saúde, como relatado por Meneses (2017), é um forte entrave ao acesso universal à camisinha feminina. Esta propõe como solução rodas de conversas em Unidades de Saúde, sendo o assunto trabalhado de forma lúdica e contínuo, sempre buscando o conhecimento das mulheres.

CONSIDERAÇÕES

A política de distribuição de preservativo feminino é muito importante, visto que o método permite a mulher um autoconhecimento do próprio corpo e é uma alternativa de proteção quando o parceiro não quer usar o preservativo. Porém, ainda há muitos problemas em relação a desigualdade de gênero e acesso à informação, que são entraves à adoção da camisinha feminina. Políticas públicas na área de educação sexual deveriam ser priorizadas, visto o aumento do número de casos de infecções sexualmente transmissíveis em mulheres.

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, L. A transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas. **Revista do CEAM**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 35–46, 2013.
- BANDURA, A. Social Cognitive Theory and Exercise of Control over HIV Infection. **Preventing AIDS**, p. 25–59, 1994. Disponível em: http://link.springer.com/10.1007/978-1-4899-1193-3_3.
- BARBOSA, R. M.; KALCKMANN, S.; BERQUÓ, E.; STEIN, Z. A. Notes on the female condom: experiences in Brazil. **International Journal of STD & AIDS**, v. 18, n. 4, p. 261–266, 2007. Disponível em: <http://std.sagepub.com/lookup/doi/10.1258/095646207780658980>.
- BELÉM, J. M.; GARCIA, C. DE L.; QUIRINO, G. DA S.; ALBUQUERQUE, G. A. AUTONOMIA SEXUAL FEMININA: O PRESERVATIVO FEMININO NAS PRÁTICAS ERÓTICAS. **Rev. Saúde.Com**, v. 11, n. 2, p. 252–265, 2015.
- BHANA, D. Love grows with sex: teenagers negotiating sex and gender in the context of HIV and the implications for sex education. **African Journal of AIDS Research**, v. 16, n. 1, p. 71–79, 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.2989/16085906.2016.1259172>.
- CONTANDRIOPOULOS, A.-P.; CHAMPAGNE, F.; DENIS, J.-L.; PINEAULT, R. A avaliação na área da saúde: conceitos e métodos. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1997.
- DYE, Thomas D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1984.



RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA ISSN 2763-8405

A POLÍTICA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DO PRESERVATIVO FEMININO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA
Pedro Marcos Gomes Teixeira

GALVÃO J. A AIDS na mídia: da cura ao mercado. *In*: Comissão de Cidadania e Reprodução (Org.). **Olhar sobre a mídia**. Belo Horizonte: Mazza, 2002. p. 77-107

KALCKMANN, S. **Adoção do Condom Feminino no Quênia e no Brasil**: Perspectivas de Mulheres e Homens. [S. l.: s. n.], 1998. p. 1–60.

KALCKMANN, S. Preservativo feminino e dupla proteção: desafios para os serviços especializados de atenção às DSTs e Aids. **Temas em Psicologia**, v. 21, p. 1145–1157, 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v21n3/v21n3a20.pdf>.

KHAN, M. E.; TOWNSEND, J. W.; D’COSTA, S. Behind closed doors: A qualitative study of sexual behaviour of married women in Bangladesh. **Culture, Health & Sexuality**, v. 4, n. 2, p. 237–256, 2002. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13691050110102253>.

LABONTE, R. Health Promotion and Empowerment: Reflections on Professional Practice. **Health Education Quarterly**, v. 21, n. 2, p. 253–268, 1994. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/109019819402100209>.

LYNN, L. E. **Designing Public Policy**: a casebook on the role of policy analysis. Santa Monica, EUA: Goodyear, 1980.

MEAD, L. M. “Public Policy: Vision, Potential, Limits”. **Policy Currents**, p. 1-4, fev. 1995.

MENESES, Josineide de. Preservativo feminino e empoderamento de mulheres do Recife- PE. [S. l.: s. n.], 2017. Disponível em: www.hepaids2017.aids.gov.br/pt-br/apresentacao/623. Acesso em: 27 dez. 2017.

MONTEIRO, Thuane Jaloto et al. Avaliação do conhecimento sobre HIV/AIDS em grupo de idosos através do QHIV3I. **Geriatrics, Gerontology And Aging**, v. 10, n. 1, p.29-33, 1 mar. 2016. <http://dx.doi.org/10.5327/z2447-2115201600010006>.

NEPO; ABIA; UNFPA. **Preservativo Feminino**: das políticas globais à realidade brasileira. [S. l.: s. n.], 2011.

PERPÉTUO, I.; ABREU, D.; PERPÉTUO, G. **Estudo da política de distribuição e acesso ao preservativo feminino**. Brasília: MS-PN-DST/Aids, 2005.

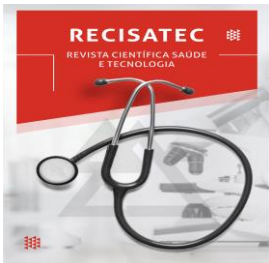
PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, NJ: Chatham House, 1986

RAUSCH, D.; DEKKER, A.; RETTENBERGER, M. The construct of sexual openness for females in steady intimate relationships. **PLoS ONE**, v. 12, n. 6, p. 1–15, 2017.

ROTHER, E. T. Revisão narrativa vs revisão sistemática. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, p. 6–7, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ape/v20n2/a01v20n2.pdf>

SAFFIOTI, H. I. B. Rearticulando gênero e classe social. *In*: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: [s. n.], 1992.

SAMPAIO, J.; ARAÚJO JR, J. L. Análise das políticas públicas: uma proposta metodológica para o estudo no campo da prevenção em Aids. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 6, n. 3, p. 335–346, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-38292006000300010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt.



RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA ISSN 2763-8405

A POLÍTICA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DO PRESERVATIVO FEMININO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA
Pedro Marcos Gomes Teixeira

SANTOS, Aline et al. Um novo desafio para a saúde pública: sífilis. **Diversitates International Journal**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 65-81, 2017. Disponível em: <http://www.diversitates.uff.br/index.php/1diversitates-uff1/article/view/192>. Acesso em: 27 dez. 2017.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Political Science**, v. 8, n. 2003, p. 20–45, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt.

VILLELA, W. V. Sobre o preservativo feminino e os entraves para a sua disseminação no país Algumas reflexões. **Boletim ABIA**, v. 60, p. 5–7, 2015.